

VAI ANDANDO QUE ESTOU CHEGANDO



Carlos Luís Figueira

Voltando ao País real o discurso das várias inevitabilidades que compõem a posição oficial do governo aproxima-se da tentativa de criação de um clima, tido de uma espécie de pensamento único, a que por vontade própria, por condicionamentos de vária ordem ou mesmo e só por medo, se tenderia a acomodar a sociedade portuguesa. A sensação de que tal possa acontecer é real, mesmo que quando despertamos para o dia a dia nos interroguemos, como foi possível chegar onde chegamos e que sentido tem continuarmos como estamos, piorando a cada passo a vida de milhares de portugueses, sem que se vislumbre a curto prazo a possibilidade de haver um forte abanão que faça ruir os alicerces e desapossar os interpretes desta teoria da inevitabilidade que até agora só tem servido para empobrecer o País e os mais desprotegidos da sociedade.

E o que vai sendo conhecido sobre a situação do País para além das pequenas melhorias que aqui e ali se possam verificar mas cuja solidez não está de todo confirmada, o que marca é que continuamos a ter um desemprego real que ronda os 22% da população activa, ou seja, 1,2 milhões de portugueses dos quais cerca de 500.000 não tem qualquer ajuda do estado. Nestes encontram-se homens e mulheres que desde há muito estão neste desamparo porque o desemprego de longa duração aumenta e já atinge cifras assustadoras de gente que está fora do mercado de trabalho sem qualquer perspectiva de poder voltar a trabalhar e não ser na chamada economia informal.

A imprensa assinala que mais de 150.000 famílias deixaram de pagar dívidas contraídas. 340.000 portugueses abandonaram o País deixando para trás sonhos de vida construídos ao longo de anos. Encerram-se escolas sobretudo no interior deixando vastas regiões do País, entregues ao vazio económico e humano. Encerram-se centros de saúde, faltam médicos e racional-se o consumo de medicamentos.

Todo este quadro faz de nós um país não só adiado mas ausente de esperança numa revolta contida e angustiante. Percebe-se, entende-se, que mesmo pagando com sacrifícios que lhe vão ser exigidos ao longo do ano, para muitos, sair de casa passar uns dias de férias, surja como um indispensável bálsamo para aliviar fracturas diárias. Sair da prisão em que se transformou o quotidiano funciona como terapêutica para ganhar forças para voltar a resistir.

Após a última reunião do Conselho de Estado e do debate sobre o Estado da Nação na Assembleia da República, dois actos formais que em pouco esclareceram a esmagadora maioria dos portugueses sobre o verdadeiro estado da nação, por diversos comentaristas, foi traçada a representação de um País dividido em partes semelhantes o que a meu ver está longe de corresponder à realidade. Dividido está mas em proporções bem mais destacadas entre expoliados e em perda de direitos e os que continuam a enriquecer em velocidade de cruzeiro.

Bem sei que se manifestam ausências na sociedade portuguesa, vazios que permanecem no plano político, num universo ainda cheio de ambiguidades e falta de clareza sobre opções e soluções fundamentais a tomar no País, políticas que nos protejam desta cavalgada de destruição à que estamos assistindo. A esquerda continua num impasse entre sectarismos fomentadores de isolamento e condicionadores de soluções e um PS que tarda em clarificar-se no seio de uma disputa interna tão indesejável como também ela própria condicionadora de posições que urge não só clarificar como promissora da abertura de caminhos para a construção de uma alargada posição política de base governativa de oposição a esta aventura irresponsável a que o País tem vindo a seu sujeito.

Para decompressão geral, caminha para o encerramento o Mundial de futebol. No próximo número do JA será já conhecido o campeão. A minha aposta esta feita para uma final europeia, apesar de afectivamente desejar a vitória do Brasil.

carlosluisfigueira@sapo.pt

MIGUEL POIARES MADURO:

"Não podemos ter um país a duas velocidades"

O governante defendeu que a valorização económica dos territórios de baixa densidade "deve ser feita a partir dos recursos das áreas tradicionais". Poiares Maduro visitou projetos em vários concelhos da região e assinou nos primeiros nove protocolos para a instalação do Espaço do Cidadão no Algarve

O ministro Adjunto do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, defendeu que a valorização económica dos territórios de baixa densidade "deve ser feita com recurso a áreas tradicionais". A transformação de plantas aromáticas, o sal líquido e a indústria naval são exemplos de inovação, entre outros, que o governante teve oportunidade de visitar na região, no final da passada semana.

"Não podemos ter um país a duas velocidades", sublinhou o ministro, referindo-se às perdas no âmbito do desenvolvimento económico e social que afetam os territórios de baixa densidade. "Queremos um país competitivo e um país coeso em termos territoriais e sociais e, para isso, o fundamental é trazer atividade económica a estes territórios", salientou o ministro.

O governante defendeu que "para recuperar das assimetrias regionais, promover o desenvolvimento económico e social, e reter e atrair pessoas para os territórios de baixa densidade, deve haver uma valorização económica a partir dos recursos que existem nestes territórios".

"Temos, ao longo de décadas, assistido a uma crescente assimetria de desenvolvimento no nosso território, perda de desenvolvimento económico e social, sobretudo, em territórios de baixa



Poiares Maduro ficou a conhecer o sal líquido de Castro Marim, um dos projetos desenvolvidos a partir dos recursos locais

densidade", acrescentou.

Segundo Poiares Maduro, isto aconteceu "mesmo num contexto em que tivemos um aumento muito grande, por exemplo, das infraestruturas e dos equipamentos públicos". Mas "no próximo ciclo de fundos comunitários a aposta vai ser sobretudo na competitividade e internacionalização da nossa economia", afirmou o governante.

O roteiro arrancou na sex-

ta-feira em Alcoutim com visitas a um projeto de energia solar e a uma promissora spin off na zona industrial, ambos beneficiários do QREN. Depois prosseguiu por Vila Real de Santo António, Castro Marim, Tavira, São Brás de Alportel, Faro e Loulé. No sábado o ministro presidiu à cerimónia de assinatura dos primeiros nove protocolos para a instalação do Espaço do Cidadão no Algarve,

em Monchique, e depois visitou projetos em Vila do Bispo e Aljezur.

Poiares Maduro sublinhou que o objetivo da deslocação foi "sinalizar algumas opções estratégicas do Governo para a valorização e promoção do desenvolvimento económico e social nos territórios de baixa densidade".

"Partindo sempre de recursos humanos que já existem, de recursos naturais, de atividades tradicionais, acrescentando valor, com conhecimento, com inovação e capacidade nova de comercializar e vender estes produtos - é para estas áreas que vamos apoiar e dirigir fortemente os próximos fundos europeus", acrescentou Miguel Poiares Maduro.

O ministro referiu que o próximo quadro comunitário Portugal 2020 "vai ser de extrema importância para alcançar estes objetivos". E explicou que o Governo pretende utilizar estes fundos para a transformação competitiva da economia.

"Vamos contratualizar resultados e os financiamentos vão estar dependentes destes. Por outro lado, os apoios vão ser reembolsáveis, embora a taxas de juro muito baixas, enquanto os apoios na área da formação profissional serão dependentes da taxa de empregabilidade, pagando-se de acordo com o emprego que as pessoas formadas possam obter", concluiu o governante.

Algarve terá 23 Espaços do Cidadão até ao final do ano

A Agência de Modernização Administrativa vai instalar no Algarve, até ao final do ano, 23 Espaços do Cidadão que funcionarão em cooperação com os municípios, revelou o ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro.

Nestes espaços de atendimento poderão ser tratados assuntos de vários serviços públicos, entre os quais renovar a carta de condução, pedir o registo criminal, entregar documentação para a ADSE ou alterar a morada no cartão de cidadão.

Os primeiros nove protocolos foram assinados no sábado com os municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Portimão, Tavira, Vila do Bispo e Monchique. Neste momento o Algarve conta com um espaço a funcionar ainda em fase piloto num balcão dos CTT em Portimão. O Espaço do Cidadão de Monchique entrará em funcionamento até ao final de julho.

"É uma rede que nós esperamos que possa atingir até 1000 Espaços do Cidadão no final de 2015", afirmou o ministro, acrescentando que estes protocolos são feitos "numa lógica de cooperação com os municípios".

Os 23 Espaços do Cidadão a instalar no Algarve podem começar a funcionar em poucos meses, pois trata-se de um "modelo simples de implementar". O governante espera que os restantes sete municípios algarvios venham, "num futuro muito próximo", a celebrar protocolos idênticos perfazendo um total de 37.

O investimento para a instalação destes 37 espaços é de 450 mil euros, tendo a Autoridade de Gestão do PO ALGARVE21, aprovado uma candidatura no valor de 337.500 euros.